

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. DENIS BEZERRA)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

Parágrafo único. Parte da equipe de atendimento multidisciplinar pode atuar, mediante escala de no mínimo um psicólogo e um assistente social, junto às equipes policiais que se deslocarem para o atendimento da ocorrência. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Embora a Lei Maria da Penha preveja a existência da equipe de atendimento multidisciplinar, objeto do Título V da lei (arts. 29 a 32), sua existência está limitada ao atendimento nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (art. 29, caput) e no âmbito dos centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar (art. 35, inciso I).

A existência dessa equipe é por demais salutar e necessária, havendo a lei estabelecido que o Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 32). Dessa forma, a ampliação dos recursos humanos

visando a atender o disposto neste projeto depende apenas de dotação orçamentária pertinente, a cargo do Poder Judiciário.

O projeto propõe que haja a presença de um assistente social e um psicólogo, para acompanharem a viatura policial no momento da ocorrência de violência contra a mulher.

O entendimento para tal alteração legislativa é de que quando a parte aciona a autoridade para atendimento de violência doméstica, essa violência pode se dar por diferentes maneiras, conforme prevê o art. 7º da Lei Maria da Penha. Nesse sentido a agressão de cunho psicológico é subjetivo.

Em consequência, muitas vezes os policiais da viatura não realizam o encaminhamento do agressor ao distrito policial, sob a justificativa que não são psicólogos nem assistentes sociais e não possuem, portanto, competência para a percepção da agressão.

Assim, entendemos que independentemente do tipo, uma vez identificada a agressão contra a mulher, necessária se faz a diligência ser acompanhada por uma equipe multidisciplinar a fim de apurar, através das técnicas profissionais específicas, acerca da necessidade do encaminhamento do agressor ao distrito policial.

Ocorre que muitas vezes o agressor, por ser manipulador, não é encaminhado ao distrito. Assim a vítima constata a ineficiência do Estado, bem como verifica que o agressor poderá continuar lhe causando a violência psicológica, intimidando-a, tão somente com sua própria presença.

Essas são as razões porque conclamamos os distintos pares a aprovarem conosco o presente projeto de lei, para aprimorar ainda mais a Lei Maria da Penha, conferindo mais segurança às mulheres vítimas de violência doméstica.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2020.

Deputado DENIS BEZERRA



Documento eletrônico assinado por Denis Bezerra (PSB/CE), através do ponto SDR_56091, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.